

## REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL NO PROCESSO EDUCATIVO: ENTRE A CENSURA, O CONSERVADORISMO E O SENSO COMUM

Sulamita Rosa da Silva  
Kauana Brito Niz

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo abordar como os debates sobre gênero e educação sexual foram/estão sendo inseridos no campo da educação, refletindo sobre os interesses dos grupos dominantes na censura dessas temáticas, em detrimento do senso comum como forma de manutenção de controle hegemônico. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa desenvolvida foi de abordagem qualitativa e pautou-se na realização de um estudo bibliográfico acerca das ideias de autores e autoras, como Melo (2014), Scott (1995), Louro (1995), dentre outros, além da análise documental dos PCNs e da BNCC. Conclui-se que os estudos de gênero e educação sexual continuam negligenciados nos currículos formais, implicando em limitações no processo educativo dos alunos e alunas, cujas corporeidades em construção sociocultural e histórica, são debatidas apenas em vieses biologizantes e higienistas.

**Palavras-chaves:** Gênero; Educação sexual; Relações de poder.

**ABSTRACT:** This article aims to address how debates on gender and sexual education have been/are being inserted into the field of education, reflecting on the interests of dominant groups in the censorship of these themes, at the expense of common sense as a means of maintaining hegemonic control. As for the methodological procedures, the research developed was qualitative and was based on a bibliographic study about the ideas of authors and authors, such as Melo (2014), Scott (1995), Louro (1995) and others authors, and the documentary analysis of PCNs and BNCC. It is concluded that gender studies and sex education remain neglected in formal curriculum, implying limitations in the educational process of students and students, whose corporeities in sociocultural and historical construction, are discussed only in biological and hygienist biases.

**Keywords:** Gender; Sex Education; Relations power.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos de gênero e educação sexual podem contribuir não somente para desconstruções de abordagens curriculares meramente biológicas e essencialistas, como proporcionar um diálogo entre os temas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos, agregando-os aos conteúdos propostos mediante documentos legais que amparam a introdução dessas discussões em sala de aula, uma vez que os sujeitos, além de serem sociais, também têm raça e gênero socioculturalmente construídos.

As informações sobre gênero e educação sexual sob discursos biologizantes (LOPES; OLIVEIRA, 2014), contribuem com a construção de tabus referente aos silenciamentos e equívocos conceituais ligados ao senso comum, envolvendo as categorias citadas, justamente por não serem instigados diálogos sociais e críticos sobre a sexualidade dos indivíduos numa perspectiva cultural, étnica, racializada e sociopolítica.

De outro lado, parece ser indispensável discorrer sobre a importância dessas abordagens, pois suas problematizações em ambiente escolar, como é de conhecimento de todos, ou da grande maioria, é alternativa viável de inibição do silêncio dessas temáticas, que fazem parte da cotidianidade dos indivíduos, cujas corporeidades são políticas e tecidas nos diferentes âmbitos e espaços formativos.

Ante o exposto, o presente texto tem o objetivo de abordar como os debates sobre gênero e educação sexual foram/estão sendo inseridos no campo da educação, refletindo sobre os interesses dos grupos dominantes na censura dessas temáticas, em detrimento do senso comum como forma de manutenção de controle hegemônico.

A pesquisa desenvolvida foi de abordagem qualitativa, por meio da qual realizamos um estudo bibliográfico pautado em autores e autoras como Louro (1995), Melo (2014), dentre outros. Além disso, fizemos uma análise documental nas seguintes fontes secundárias: Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, abordando sobre a categoria gênero e educação sexual no contexto escolar.

Diante disso, abordamos de forma breve o conceito de gênero e educação sexual, e os debates dessas temáticas. Posteriormente, discutimos questões sobre como a educação sexual é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Comum Curricular.

### **GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEITOS, DISPUTAS E RETROCESSOS**

Quanto ao conceito de gênero, Scott (1995) afirma que em muitas ocasiões são feitas análises simplistas quanto à empregabilidade do referido termo, no qual este é associado aos estudos das mulheres, ou a questões de feminilidade em um caráter puramente biológico. Não obstante, a autora salienta que este termo ultrapassa uma visão binarista e biologizante, e que é permeada de relações de poder. Diante disso, a categoria gênero se tornou:

[...] uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra articularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75) [grifos da autora].

Essas construções culturais explicitadas pela autora, têm a ver com os contextos aos quais as identidades subjetivas dos sujeitos e sujeitas são paulatinamente desenvolvidas. Neste ínterim, Louro (1995) reafirma que essas relações sociais entre os sexos vão sendo construídas e normatizadas de maneira simbólica e cultural nas diversas instituições religiosas, políticas, jurídicas e mercadológicas que perpassam os muros escolares, e repercutem nos modos de organização e definição de papéis.

Entretanto, observamos que nos currículos escolares é enfatizada a educação sexual. Quanto ao conceito de educação sexual, Furlani (2009) discorre que se refere às informações educativas que tem como foco a sexualidade como tema a ser discutido. Neste viés, Santos e Araújo (2009) advertem sobre a importância da educação para a sexualidade, tendo em vista as relações humanas que norteiam aspectos socioeconômicos, políticos, éticos, raciais, étnicos e históricos dos indivíduos.

Tendo em vista uma relativa análise a respeito do contexto histórico da sociedade brasileira, e em como essas discussões foram adentrando-se nas escolas, refletimos sobre alguns pontos históricos que, sob vieses autoritaristas e opressivos, marginalizavam essas discussões nos currículos escolares. Iniciemos o resgate histórico com a delimitação a partir do estabelecimento do Governo Provisório, na década de 30 do século XX, que culminou em um período de conservadorismos e repressões, avanços e rupturas. Nas palavras de Santos e Santos (2007), este período foi tecido pela centralização no campo da política, e na industrialização no Brasil.

O período do Estado Novo, para as mencionadas autoras, influenciou também em variadas séries de repressões, as quais garantiam acesso aos governos de obterem poder sobre os meios de imprensa. A forma encontrada para tanto, foi através da instrução da Lei de Segurança Nacional, que reverberou na permissão de prender quaisquer pessoas que representassem tentativas de amea-

ças ao governo, sem sequer um mandato judicial elaborado anteriormente (SANTOS; SANTOS, 2007, p. 03).

Nos anos 30 do século XX, Aquino e Martelli (2012) sublinham que a educação sexual tinha como foco “traços higienistas e eugenistas junto às crianças, adolescentes e jovens, com o intuito de combater as doenças venéreas e preparar os sujeitos para um futuro mais saudável e responsável” (AQUINO; MARTELLI, 2012, p. 02). Diante desses contextos normativos, Guimarães (1995) reitera que anteriormente aos anos 60, a igreja católica obtinha o poder do sistema educacional, e com isso as discussões relativas à educação sexual também eram reprimidas, cujos métodos de controle tinham como foco características biológicas e reprodutivas.

Em relação ao período ditatorial de 1964, o referido período silenciava e censurava as discussões sobre educação sexual no espaço escolar. Nesse contexto citado, a moral e os “bons costumes” (grifos nossos) eram pregados como mecanismos de controle social, visando uma educação sexual apenas para reprodução sobre critérios biológicos e simplistas. Segundo Werebe (1977), o professor que ousasse trabalhar com tais propostas, ainda que não houvesse proibições formalizadas, poderia sofrer com interdições e ser reprimido.

No contexto da redemocratização do país, após o período de Ditadura militar no Brasil, Melo (2014) cita que algumas escolas iniciaram alguns debates sobre sexualidade, mas foram rebaixados a narrativas médicas – higienistas, enfatizando a moralidade e a submissão ao corpo feminino e controle social. Após o período de redemocratização, temos alguns avanços como a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 que traz a temática como tema transversal, cuja análise encontra-se na seção a seguir.

Situando os debates no contexto atual, o qual estamos vivenciando, percebemos que variadas pautas foram levantadas tendo em vista a deslegitimação da educação sexual e dos estudos de gênero em sala de aula mediante a apresentação de várias propostas de cunho legislativo, embasadas em pautas sem análises críticas e reflexivas sobre esses conceitos. Por isso, a seguir indicaremos, mesmo que brevemente, algumas dessas propostas.

O projeto de Lei Escola Sem Partido criado por Miguel Nagib em 2004, por exemplo, trouxe à tona debates que descaracterizam o conceito de gênero, atribuindo pautas que atendem aos interesses ideológicos do grupo dominante, com o intuito de controle social tal como observamos nos contextos autoritários dos períodos históricos citamos acima. A seguir, as ideias do Movimento Escola Sem Partido (MESP), no referido combate a uma suposta “ideologia de gênero” (grifos nossos) presente nas escolas:

[...] o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p. 596) [grifos do autor].

A forma como o conceito de ideologia de gênero é utilizado pelo Movimento Escola Sem Partido torna-se equivocado, tendo como respaldo ideias ideologicamente pensadas como forma de manutenção do controle hegemônico. Os estudos de gênero ao serem reduzidos a critérios

baseados em preconceitos contribuem na legitimação de discursividades repressivas, que desconsideram os corpos sexuados dos indivíduos como agentes políticos, estabelecendo limites.

Em contraposição aos estudos de gênero pautados no senso comum, enfatizamos de forma breve, como a referida categoria é apontada na teoria em um viés pós-estruturalista, contribuindo na desconstrução de ideias previamente concebidas sobre a questão aqui abordada. Scott (1995) ao realizar uma análise a respeito dos estudos de gênero, discute que estes são trabalhados em três teorias: a teoria do patriarcado, a teoria das feministas marxistas e as teorias psicanalistas.

A teoria do patriarcado questiona a desigualdade entre homens e mulheres, mas sem aprofundamentos mais concisos sobre os condicionantes histórico-sociais. As teorias das feministas marxistas consideram a abordagem histórica, fundamentando-se nas condições materiais e de divisão do trabalho, mas não consideram o gênero como um status de análise independente, mas sim, como um subproduto das estruturas econômicas.

As teorias psicanalistas têm como base os estudos das escolas anglo-americanas e francesas, nesta perspectiva, “[...] ambas as escolas estão preocupadas com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada, ambas se centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero” (SCOTT, 1995, p. 80).

Quanto às teorias psicanalistas, as contribuições desses estudos reverberaram-se na intencionalidade de compreender o inconsciente e a construção do sujeito/sujeita, como são tecidas as representações simbólicas que influenciam nos estabelecimentos da cultura “feminina” e “masculina” (grifos nossos), as divisões trabalhistas, que repercutem também nas relações sociais e econômicas, que por sua vez, são construídas de modo generificado.

Sendo assim, discutir ideologias de gênero como políticas e contrapostas a moral da família, caracteriza um debate sem fundamentação teórica consistente e atribui às discussões um viés político posicionado e com intencionalidade. O conceito de família e as atribuições de papéis são construídos devido às relações de poder generificadas, que instituem o padrão e a norma. Entretanto, sabemos que:

[...] enquanto abordagens biologizantes se misturarem com enfoques oriundos do senso-comum, de imaginários religiosos e com a não formação dos docentes no que tange a discussão das sexualidades, o tema continuará sendo tratado de maneira opaca propiciando a reprodução de modelos tradicionais de divisão entre os gêneros e as distintas formas de vivência da sexualidade podendo levar ao aumento da hierarquia, da segregação, dos preconceitos em relação a sujeitos que não se enquadram nestes modelos tradicionais de gênero e sexualidade. Retirar o “manto” que envolve o tema da sexualidade e torná-lo visível é urgente, mas, somente poderá ser feito de maneira responsável a partir do momento em que ocorrerem estas discussões na formação do docente tendo como parâmetro o respeito as diferenças. Se os profissionais da educação estiverem preparados para uma abordagem que leve o aluno a perceber as mudanças que o cercam e a encará-las sem preconceitos, discriminações e respeitando a diversidade que constitui a contemporaneidade tornar-seiam profissionais reflexivos (LOPES; OLIVEIRA, 2012, p. 08).

Em relação à formação docente, Schon (1992) indica a necessidade de práticas reflexivas, que tornem significativa a atuação do professor ou professora. Neste viés, a discussão de gênero e educação sexual é importante em sala de aula, com o intuito de superar o senso comum, e contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes, para que se percebam como sujeitos e sujeitas ativas, ou ainda, como corpos políticos que representam e protagonizam a realidade do contexto ao qual estão inseridos.

No tópico a seguir, abordamos questões que apontam como os estudos de gênero estão sendo articulados nos currículos formais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, vigentes de 1997 a 2018/2019 e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio que ainda está em fase de implementação.

### **A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: O QUE NOS DIZEM OS CURRÍCULOS FORMAIS**

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 não citam as questões de gênero de forma explícita, de modo que os documentos educacionais vigentes não sintetizam o sexismo como um problema a ser enfrentado, mesmo que no Brasil tenha altos índices de violência contra as mulheres brancas e negras, mulheres trans e travestis. E que além de tudo, “a cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais.” (MOTT et al, apud GUERCH, 2017, p.14793) (grifos do autor).

Assim, ousamos dizer que, o cenário acima relatado evidencia a urgência de introdução/ aprofundamento de estudos sobre gênero como construção social nas escolas como maneira de conhecimento humano e também como partes dos estudos sobre sexualidade. Isso é importante pois “a cultura patriarcal e machista é muito forte. Desde que nascemos somos ensinados o que podemos ou não fazer, conforme nosso gênero.” (GUERCH, 2017, p. 14792).

Dentro disso, analisamos as questões de gênero nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destarte, os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam o assunto “orientação sexual” (grifos nossos) como um dos temas transversais, e descreve que isso deva ser ensinado, pois tem grande importância para enfrentar os problemas de violência sexual e gravidez indesejada. Além disso, este documento enfatiza que à sexualidade é parte das relações sociais e culturais:

É nas relações sociais que se definem, por exemplo, os padrões de relação de gênero, o que homens e mulheres podem e devem fazer por serem homens e mulheres, e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e reprodução. O alto índice de gravidez indesejada na adolescência, abuso sexual e prostituição infantil, o crescimento da epidemia de AIDS, a discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho, são algumas das questões sociais que demandam posicionamento em favor de transformações que garantam a todos a dignidade e a qualidade de vida previstas pela Constituição brasileira. (BRASIL, 1997, p.87).

Este documento orienta os professores, para a questão de que os alunos a partir do sexto ano, antiga quinta série, podem refletir em diversas questões da sexualidade, como: aborto, homossexualidade, virgindade e entre outros. Um ponto interessante, é que os parâmetros orientam que deve ser ensinado “as concepções tradicionalmente associadas ao feminino e masculino [...] respeito as variadas expressões do masculino e feminino.” (BRASIL, 1997, p.100) (grifos nossos).

Entendemos aqui uma forma do documento se referir ao que entendemos sobre gênero socialmente constituído ainda que de maneira simplista, tratado de uma forma generalizada, sem citar expressamente as relações sociais e culturais de gênero na sociedade e sua relação com os problemas, como: feminicídio e violência contra a mulher cis e trans e LGBTs.

Além disso, os documentos educacionais não enfatizam que o machismo estrutural e o sexismo são algo que deva ser combatido pela educação. De maneira que, os Parâmetros Curriculares Nacionais, para o Ensino Fundamental, evidenciam como problema maior a gravidez indesejada na

adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis, retomando os discursos médico-higienistas e de moral.

O texto da BNCC, por sua vez, enfatiza o que é necessário ensinar nas escolas de todo o Brasil e, em se tratando da temática em questão documento do Ensino Médio, cita em rápidas palavras, que os assuntos de gênero, religião, tradições étnicas e entre outros, devam ser discutidos nos anos finais do Ensino Fundamental na disciplina de História e Geografia, e que no Ensino Médio nas disciplinas de Ciências Humanas e Sociais aplicadas essas questões podem ser mais observadas, pois para eles os alunos nesta fase, possuem uma capacidade cognitiva maior (BRASIL, 2018, p. 547).

No entanto, ao acessarmos o texto da BNCC, do Ensino Fundamental, vimos que ele não cita nenhuma vez a palavra gênero e coloca a tematização de sexualidade na área de ciência nos anos finais do Ensino fundamental dentro da Unidade Temática *Vida e evolução*, algo bem evidenciado na educação brasileira, de tratar principalmente o sexo apenas para a reprodução. Notamos também, uma pequena referência a papéis socialmente construídos no conteúdo programático de história que leva o tema de “papel da mulher na Grécia e em Roma e no período medieval”, mas isso revela algo bem reduzido sobre história patriarcal.

Nas competências específicas das Ciências Humanas e Sociais e aplicadas a BNCC intensifica que o aluno possa “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos (BRASIL, 2018, p. 564).” É válido ressaltar que o referido documento tem como base os princípios neoliberais e mercadológico tratando gênero de modo universal e simplista.

Diante disso, compreendemos que o não tratamento dos estudos de gênero e educação sexual nos documentos oficiais de modo significativo, contribui para que as práticas educativas, das mais variadas comunidades escolares, secundarizem essas temáticas, silenciando discussões sociais, culturais, econômicas, étnicas e raciais, que fundamentam e consubstanciam os corpos, que são perpassados por relações de poder e controle social.

Tal omissão contribui com os altos índices de violência cotidiana contra as corporeidades que não são vistas como parte da padronização imposta pelas instituições, cujo silêncio desses debates nos espaços educativos, são controlados pelas permissividades sociais e institucionais (FURLANI, 1988), pensadas verticalmente pelos grupos dominantes de modo intencional/ideológico. A seguir, abordamos sobre como os debates de modelo autoritarista nos dias atuais, estão apresentando os estudos de gênero nos manuais escolares.

#### **DISCUSSÕES SOBRE O AUTORITARISMO E O CONSERVADORISMO NO CONTEXTO ATUAL: CENSURAS SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO NOS MANUAIS ESCOLARES**

Os estudos feministas consolidaram por intermédio das teorias do patriarcado, de cunho marxista e psicanalítico, a categoria gênero sobre diferentes enfoques epistemológicos. Não obstante, as discussões sobre lugares e papéis das mulheres nas sociedades, ainda são vistos pelo senso comum de modo marginalizado, como vimos nas discussões sobre gênero e educação sexual nos parágrafos explanados acima.

. O feminismo nas palavras de Ribeiro (2014) busca igualdade entre os sexos, reivindicando por direitos antes negados e, em muitas ocasiões, escapando “[...] da ordem, da moral e dos bons costumes” (RIBEIRO, 2014, p. 04), cujas normas de moralidade são instituídas pelos grupos hegemônicos.

Em contrapartida, sabemos que os feminismos são plurais, e os estudos de gênero e educação sexual são experienciados e construídos simbolicamente de modo diferenciado entre os mais variados grupos socioculturais. Todavia, o criticismo baseado no senso comum, marginaliza os estudos de gênero, ao universaliza-lo, não problematizando tais debates, deixando-os a margem.

Para exemplificar isto, podemos lembrar que no ano de 2015 houve uma polêmica relacionada a uma questão que apresentava uma frase de Simone de Beauvoir (1980), uma grande filósofa e teórica que contribuiu para o pensamento feminista da segunda geração, a questão estava contida na prova de Ciências Humanas e suas tecnologias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ribeiro (2018) no seu artigo intitulado: *Simone de Beauvoir e a imbecilidade sem limites dos outros*, discute que o conservadorismo brasileiro tratou essa questão do ENEM sobre o movimento feminista como imposição ideológica, e ainda tentou desmoralizar o pensamento da autora utilizando falácias. Ditaram ainda, que a frase “ninguém nasce mulher torna-se mulher” (grifos nossos) é apenas opinião pessoal da autora, e outros ainda tentaram refutar seu pensamento, criticando-a por suas características físicas. Ribeiro (2018) descreve que os conservadores que se pronunciaram nas redes sociais não interpretaram a frase de Simone, apenas destilaram machismo e preconceito.

Assim, o pensamento conservador brasileiro marcado por argumentos fundados em uma suposta ideia biológica de gênero, trata a discussão da referida categoria como constructo social e não identificação imposta para a sexualidade heterossexual como ‘ideologia de gênero’ (grifos nossos). Desta maneira afirmam que, “os conservadores da bancada da bala e da bíblia, por exemplo, que, grupos ‘feministas radicais’, ou, ‘esquerdopatas’ estão propagando uma verdadeira ‘ideologia de gênero’, dentro da escola.” (SCALDAFERRI; COSTA, 2017, p. 03) (grifos dos autores)

E isto é o que perpassa a face conservadora liberal do país, de modo que o presidente eleito em 2018 detém um posicionamento falacioso contra um suposto “kit gay” (grifos nossos) distribuído nas escolas brasileiras, apoiando nele um discurso de “ideologia de gênero” (grifos nossos) e indicando que a compreensão da diversidade sexual está ligada a isso. Grande parte das polêmicas políticas em torno de gênero iniciou-se em 2008, o ano em que materiais pedagógicos começaram a ser criados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação para a fazer parte do Projeto Escola sem Homofobia:

O PNPCDH-LGBT fez diagnóstico sobre a importância da educação envolvendo a diversidade e propôs a criação de um projeto de cooperação público governamental para as escolas públicas. Esta é a **gênese do conjunto de materiais educativos destinados à abordagem e à prevenção ao bullying homofóbico em escolas, apelidado pejorativamente pelos críticos conservadores de “kit gay”**. Já nessa forma de nomeação do material percebe-se o posicionamento estratégico dos agentes a ele contrários, com a tentativa de criar um “pânico moral” (ROMANCINI, 2018, 95-96) [grifos do autor].

Em 2010, tentaram aprovar este projeto na Câmara, e foi quando as **polêmicas** foram iniciadas. Discursos no plenário da Câmara foram levantados, com inverdades e distorções/substituições acerca do projeto (ROMANCINI, 2018). Para além do discurso falacioso contra o suposto kit surgiram diversas outras *Fake News*, por meio de vários meios midiáticos, havendo a alegação, por exemplo, que o livro intitulado na versão em português de: *Aparelho sexual e cia: um guia inusitado para crianças descoladas* (2018), da autora francesa Hélène Bruller, era um dos materiais que faziam parte do kit espalhado pelo Ministério da Educação (MEC), como parte do Projeto Escola Sem Homofobia. Esta repercussão levou a própria editora explicar o conteúdo do livro, a faixa etária e indicar que o livro não fazia parte das obras oferecidas pelo MEC, conseqüentemente não era distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O discurso da “ideologia de gênero”, “kit gay” (grifos nossos) e diversos outros, “afirmam ser necessário que o mundo unifique o mesmo pensamento de que a natureza dos corpos é heterossexual, ou seja, a lógica binária (homem X mulher) como padrão de toda a sociedade.” (SCALDAFERRI; COSTA, 2017, p. 04) E mostram de que modo o senso comum gerado pelo conservadorismo pode transpassar suas ideias e afetar as mulheres cisgêneros, pessoas transexuais e travestis.

Em vista disso, as dificuldades que se referem à abordagem de gênero e a educação sexual intermedeiam as falas e discursividades ideológicas no campo político, social, cultural, adentrando o espaço escolar, cujas limitações ideologicamente estruturadas, limitam as práticas pedagógicas dos professores, influenciando o processo educativo de crianças, adolescentes e jovens, limitando o desenvolvimento integral desses, e contribuindo para a marginalização e violação dos corpos que escapam as normas biologizantes e moralistas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho abordou questões acerca de como os debates sobre gênero e educação sexual foram e estão sendo apresentados nos currículos e nos discursos políticos governamentais. Tal proposição se pautou na intenção de promover a reflexão, acerca dos diferentes contextos históricos e sociais que contribuíram na consolidação de modelos autoritários e repressivos, nos interesses dos grupos dominantes que prevaleciam por intermédio de normas ideológicas, estabelecendo papéis a serem seguidos como forma de manutenção do controle social.

Os ideais autoritaristas naturalizaram por meio de seus discursos intencionais e ideológicos, as padronizações que atendem aos critérios de feminilidades e masculinidades a serem construídos e reproduzidos. Os esvaziamentos das abordagens sobre gênero e educação sexual de maneira crítica e reflexiva consolidam os discursos de opressão, censura e desrespeito as diversidades existentes entre os diferentes grupos.

Em vista disso, percebemos por meio das análises realizadas no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Comum Curricular a carência de tais debates de modo mais enrijecido. O processo educativo é influenciado pelas ausências descritas nos currículos formais, o que pode implicar nas omissões sobre o aprofundamento das temáticas de **gênero e educação sexual** nos mais variados contextos das comunidades escolares, negando os corpos presentes em sala de aula como políticos e protagonistas, normatizando padronizações e retroalimentando discursos autoritaristas e repressivos nas relações ali expressas.

As pautas midiáticas também, por vezes, se constroem de forma a atender as práticas de controle social e corroboram na propagação de falas imbuídas de princípios patriarcais, sexistas e heteronormativos. Neste sentido, os assuntos de gênero e educação sexual continuam marginalizados no currículo, no qual perpassaram de discussões médico-higienistas a possíveis construções de ideologias de gênero, com critérios baseados no senso comum como forma de popularização dos ideários autoritaristas.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



- BRULLER, H. **Aparelho e cia**: um guia inusitado para crianças descoladas. Editora Seguinte, 2018.
- FURLANI, L. M. T. **Autoridade do professor**: meta, mito ou nada disso? São Paulo, Cortez, 1988.
- FURLANI, J. **Encarar o desafio da Educação Sexual na escola**. In: Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009.
- GUERCH, C. A. **Políticas Públicas de promoção à educação de gênero e diversidade sexual: uma análise do PNE (2014-2024)**. In: EDUCERE: XIII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE, 2017, Curitiba. Anais Educere 2017. Curitiba/PR, 2017.
- GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. São Paulo: Mercado de Letras, 1995.
- LOPES, M. OLIVEIRA, J. M. F. de S. **A invisibilidade da temática da sexualidade na formação de pedagog@s e licenciad@s**: Algumas considerações. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248, Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e realidade**. Porto Alegre, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogias da Sexualidade**. In: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- MELO, C. F. **A constituição do sujeito de desejo na figura do adolescente: discurso da educação sexual na ditadura militar no Brasil**. XIV Encontro regional da ANPUH. 2014.
- MIGUEL, L. F. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- NUNES, C. O Estado Novo e o debate educacional. In: FREITAS, M. C (org.). Memória intelectual da educação brasileira. Bragança paulista, Universidade São Francisco, 1999.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- RIBEIRO, T. A. **Simone de Beauvoir e o movimento feminista**: contribuições à Educação. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2014.
- ROMANCINI, Richard. **Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”**: a reação conservadora no Brasil. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 87-108, ago. 2018/ nov. 2018.
- SANTOS, D. B. C dos. ARAÚJO, D. C de. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED – Pr., 2009.
- SANTOS, C. C. S; SANTOS, L. S. **A nova imprensa**: como os veículos baianos de comunicação realizaram a cobertura do estado novo. Faculdade social da Bahia, 2007.
- SCALDAFERRI, S. B. D.; COSTA, J. B. V. **A ideologia conservadora por trás do termo ideologia de gênero**. Anais ENLAÇANDO V. 1, 2017.
- SCHÖN, D. A. “Formar professores como profissionais reflexivos”. In: Nóvoa, Antônio. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote, Lisboa, 1992. Disponível em:<<http://profmarcusribeiro.com.br/wp-content/uploads/2012/04/Formar-Professores-como-Profissionais-Reflexivos-donald-schon.pdf>> Acesso em: 25 de julho 2013.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
- WEREBE, M. J. G. A implantação da educação sexual no Brasil. **Cadernos de pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, 1977.

Data de submissão: 18/08/2019

Data de aprovação: 15/09/2019